

RACISMO ESTRUTURAL: como estamos (re)existindo?

*Vanessa Damasceno de Jesus¹
Micaele Damasceno de Jesus²*

RESUMO

O presente trabalho emerge de discussões e inquietações acerca do racismo, suas manifestações e enfrentamento ao longo da história do Brasil. Partindo do estudo bibliográfico, tem como objetivo refletir o conceito do racismo estrutural e enfatizar as formas de resistência à tal problemática. É sabido que no Brasil o racismo existe desde sempre, alternando suas manifestações e visibilização, posto isto, pensar sobre a resistência dos povos negros é pensar em lutas, conflitos, conquistas, identidades. Ao abordar o racismo estrutural não falamos apenas do fato de uma pessoa branca discriminar uma negra, vai muito mais além, são as condições de sobrevivência que são impostas aos negros, são as péssimas condições de trabalho que essa população é submetida, são os espaços que os negros ocupam na sociedade, os lugares onde moram, de tal modo que tudo já é devidamente projetado para os negros, isto é uma questão estrutural porque são normalizadas pela sociedade que define que determinados grupos devem dominar outros, há relações de poder por trás de todas essas ações que legitimam o racismo. Todavia, falar do negro na história do Brasil e trazer apenas informações acerca da escravização, exploração e dominação, chega a ser um tanto duvidoso. Tão importante quanto pensar nessas questões do passado é evidenciar as inúmeras conquistas e formas de resistências desses povos, as lutas, as guerras, as rebeliões, as fugas, os quilombos e hoje também a inserção nos diversos espaços, na educação, na política, enfim. Resistimos quando falando de nós mesmos, narrando nossas histórias e sendo protagonistas do nosso presente e futuro; resistimos quando assumimos nossas múltiplas identidades de pessoas negras; resistimos quando ousamos expressar nossos pensamentos, nossas *escrevivências*. O trabalho encontra-se fundamentado em Almeida (2021), Ribeiro (1995), Carneiro (2007) e outros.

Palavras-Chave: Racismo, Resistência, Educação.

INTRODUÇÃO

Cotidianamente nos deparamos com casos de racismo sendo denunciados nas redes sociais e/ou noticiados nas mídias, com isso pensar acerca de tal problemática é necessário a fim de compreender suas diversas manifestações, seus impactos e formas de combater. O Brasil é estruturado em bases racistas, isso porque do período colonial até os dias atuais vemos determinados grupos e povos sendo discriminados, excluídos. Há espaços demarcados para os indivíduos a partir de estereótipos. Além disso, os traços físicos também têm sido

¹ Graduanda em Geografia pela Universidade do Estado da Bahia – UNEB. Nyssajesus@gmail.com

² Graduada em Pedagogia pela Universidade do Estado da Bahia – UNEB; Graduanda em Letras-Português. micaeledamascenoj@gmail.com

critério de julgamento quanto a viabilidade de ocupação dos espaços, a cor da pele, a textura do cabelo, o nariz entre outras características.

Diante disso, o presente trabalho é intitulado “Racismo Estrutural: como estamos (re)existindo? Tem como objetivo refletir o conceito do racismo estrutural e enfatizar as formas de resistência à tal problemática. O estudo é de natureza bibliográfica, ou seja, compreende a realização da pesquisa em materiais já publicados anteriormente.

Nós, mulheres negras que já vivenciamos diversas situações de racismo sentimos a necessidade de abordar essa temática justamente por estamos imersas em espaços formativos, como a sala de aula, e que demandam posicionamento e implicação com as questões sociais no sentido de buscar soluções para amenizar esses problemas ou quem sabe saná-los.

Muito se fala no racismo, porém, em alguns casos é evidenciando práticas pontuais, sem refletir sua origem, seus impactos e a estrutura dessas práticas. Em outras situações é possível perceber ainda um enfoque muito grande na opressão, na escravização dos povos negros, deixando à margem todo um histórico de lutas, enfrentamentos, conquistas e resistências.

Esperamos nesse trabalho refletir acerca do “passado” de escravização da nossa gente, para a partir disso pensar as nossas lutas e conquistas dos dias atuais como uma resposta, consequências de muitos embates a todo um histórico de silenciamento, de negação de direitos, pois, essa é uma das marcas das nossas identidades, a resistência.

A discriminação racial é uma questão antiga e um problema que está impregnado na mente das pessoas e a simples mudança de um sistema para outro não vai ocasionar o fim da discriminação racial. Dizer que no Brasil há um racismo estrutural significa dizer que embora a escravização tenha sido “extinta”, ainda hoje os negros são vistos e tratados como naquele período. Os negros ainda são tratados como inferiores, incapazes, como aqueles que devem ganhar menos, trabalhar mais e em condições desumanas. As empregadas domésticas, as diaristas de hoje são descendentes de ancestrais negras que foram escravizadas na casa grande e isso é normalizado. O(A) filho(a) do negro não ter acesso à educação de qualidade e não chegar ao ensino superior é “normal” e a sociedade de modo geral atribui essa responsabilidade única e exclusivamente aos negros já que eles “não se esforçam como deveria, não buscam melhores condições de vida, são preguiçosos”.

No entanto, (RE)EXISTIMOS! resistimos quando falando de nós mesmos, narrando nossas histórias e sendo protagonistas do nosso presente e futuro; resistimos quando assumimos nossas múltiplas identidades de pessoas negras; resistimos quando ousamos expressar nossos pensamentos, nossas *escrevivência*.

O RACISMO NA HISTÓRIA DO BRASIL

A história do Brasil é marcada por relações de exploração e dominação que tem na sua estrutura bases racistas. Com a chegada dos colonizadores, chegou também a não aceitação do diferente, os estereótipos, a falsa ideia de superioridade. Como bem salienta Carneiro (2007):

Desde o século XVI, expressões estereotipadas foram empregadas pelo colonizador europeu interessado em segurar esses grupos... esse homem não soube conviver com aquele que era diferente, não soube entender o outro, o desconhecido, visto ora como infiel, ora como exótico (P.9).

A atitude primeira dos europeus foi impor sua cultura, seus costumes sem se preocupar em conhecer o outro, aceitar seu modo de ser, suas identidades. Além disso, a visão que se tinha dos indígenas era de seres sem civilização, sem cultura e era necessário civilizar esses povos, e é aí o nascedouro da falsa ideia de superioridade, o europeu dotado de conhecimento, cultura, civilização, tinha a missão de civilizar esses povos que nada sabiam na visão do colonizador.

Como os indígenas já habitavam as terras brasileiras antes mesmo da chegada dos colonizadores, foram eles os primeiros escravizados, posteriormente vieram os negros, sempre vistos como inferiores, incapazes, porém uma força de trabalho que viria a ser explorada. E essa era a condição dos negros, “valorizados” enquanto força de trabalho e discriminados enquanto sujeitos de direitos, na verdade esse termo não existia para os escravizados, negros, os direitos eram para humanos, e o povo negro era visto como animal, objeto, mercadoria, cujos senhores detinham poderes sobre seus corpos e com isso podiam vendê-los, empresta-los e submetê-los as mais precárias condições de sobrevivência. De acordo com Santos (2018, p. 44) “os negros vieram substituir os índios como mão de obra, e os imigrantes vieram para substituir os negros, mas pelo fim da escravidão, e não pelo racismo”.

Com o “fim” da escravização, deu-se início a mais uma etapa de sofrimento, lutas, dor e segregação dos negros, a falta de oportunidades, falta de visibilidade na sociedade “pós-escravocrata” os tornou ex-escravos, marginalizados de modo que eles não foram integrados na sociedade; conquistaram a liberdade, mas uma liberdade que não lhes proporcionou viverem como cidadãos livres haja vista que não foram garantidas as mínimas condições de sobrevivência, não tiveram direito a terra para que pudessem produzir seu próprio sustento, ficaram à mercê da própria sorte e por isso marginalizados, inferiorizados. Segundo Ribeiro (1995, p. 220) “[...] a luta mais árdua do negro africano e de seus descendentes brasileiros foi,

ainda é, a conquista de um lugar legítimo na sociedade nacional. Nela se viu incorporado à força”.

Mesmo em meio a essas questões, haviam pessoas que defendiam a teoria de que no Brasil existia uma “democracia racial” e era assim que o racismo se manifestava e ficava oculto, e ainda é assim porque conforme Carneiro (2007) aqui no Brasil, o racismo se manifesta de maneira camuflada, disfarçado pelo mito da democracia racial que de certa forma é de uma perversidade igual a do racismo explícito, declarado. Ele pode se manifestar de diversas formas e em diversos lugares e não se sabe ao certo de onde vem.

Essa nova face do Brasil pós-escravocrata é mascarada pelo “mito da democracia racial”, uma teoria de Gilberto Freyre na qual afirma que no Brasil não há discriminação racial, que há uma harmonia entre as raças, essa teoria que vigorou durante muito tempo, contribuiu para que as discussões sobre racismo e a busca de ações antirracistas fossem ocultadas já que, se não reconhecia o Brasil como um país racista, se o racismo não existe, não teria o que se combater.

Sendo assim, conclui-se que muito precisa ser feito para mudar essa realidade e, a visibilidade desse tema é uma das maneiras de enfrentamento já que as denúncias de racismo aumentam continuamente, nas escolas, universidades, no esporte, mercado de trabalho, na política e em outros segmentos da sociedade.

POR QUE SE DIZ QUE NO BRASIL EXISTE UM RACISMO ESTRUTURAL?

Os apontamentos da sessão anterior já deixam nítido o porquê de muitos autores afirmarem que no Brasil existe um racismo estrutural. As práticas racistas não se dão de maneira isoladas, não são praticadas apenas por indivíduos, mas reforçadas por instituições e alimentadas por um sistema de sociedade e não se restringe a um sistema econômico, político ou algo do tipo, o racismo perpassa por vários sistemas de tal modo que de acordo com Lélia Gonzalez (2018, p. 44), ser mulher, negra e pobre no Brasil é sofrer de “*tripla discriminação*”. A discriminação racial é uma questão antiga e um problema que está impregnado na mente das pessoas e a simples mudança de um sistema para outro não vai ocasionar o fim da discriminação racial.

Não é apenas o fato de uma pessoa branca discriminar uma negra, vai muito mais além, são as condições de sobrevivência que são impostas aos negros, são as péssimas condições de trabalho que essa população é submetida, são os espaços que os negros ocupam

na sociedade, os lugares onde moram, de tal modo que tudo já é devidamente projetado para os negros, isto é uma questão estrutural porque são normalizadas pela sociedade que define que determinados grupos devem dominar outros, há relações de poder por trás de todas essas ações que legitimam o racismo. Segundo Almeida (2021)

[...] o racismo, como processo histórico e político, cria as condições sociais para que, direta ou indiretamente, grupos racialmente identificados sejam discriminados de forma sistemática. Ainda que os indivíduos que cometam atos racistas sejam responsabilizados, o olhar estrutural sobre as relações raciais nos leva a concluir que a responsabilização jurídica não é suficiente para que a sociedade deixe de ser uma máquina produtora de desigualdade racial. (p.51)

Dizer que no Brasil há um racismo estrutural significa dizer que embora a escravização tenha sido “extinta”, ainda hoje os negros são vistos e tratados como naquele período. Os negros ainda são tratados como inferiores, incapazes, como aqueles que devem ganhar menos, trabalhar mais e em condições desumanas. As empregadas domésticas, as diaristas de hoje são descendentes de ancestrais negras que foram escravas da casa grande e isso é normalizado. O filho do negro não ter acesso à educação de qualidade e não chegar ao ensino superior é “normal” e a sociedade de modo geral atribui essa responsabilidade única e exclusivamente aos negros já que eles “não se esforçam como deveria, não buscam melhores condições de vida, são preguiçosos”.

Com isso, desconsideram o papel das agências de poder que apenas trabalham para manter essas estruturas nas quais os negros estão sempre à margem e devem permanecer porque a sociedade é assim mesmo. Não é apenas uma questão econômica, claro que o negro pobre é mais discriminado do que o negro que conseguiu ascensão social, mas mesmo assim este sempre será visto como um negro, inferior. E sendo mulher a questão é mais complexa ainda, não vou adentrar especificamente nesta questão, mas ser mulher, negra e pobre é certeza de ser discriminada três vezes mais.

Em síntese, No Brasil há lugares, funções, profissões específicas para os negros, você até pode ver negros em shoppings, bancos, cinemas, teatros; sendo médico, advogado, professor; morando em condomínios, belíssimas casas. No entanto, em favelas, nas ruas, como empregadas domésticas, diaristas etc. você certamente encontrara pessoas negras. Não porque elas não têm capacidade pra ocupar aqueles espaços anteriormente citados, mas porque estes foram projetados especificamente para os negros. Isto é o racismo estrutural.

Essa é uma forma de tentar invisibilizar o protagonismo, as lutas e as conquistas do povo negro, e como o intuito deste trabalho é evidenciar o papel do negro na sociedade,

sobretudo, em meio às injustiças, opressões e discriminações, falar da história dos negros é falar de luta e acima de tudo resistência.

BORA FALAR DE RESISTÊNCIA?

Nós somos mulheres pretas, filhas de uma mulher, preta, lavradora, semianalfabeta, que durante muito tempo também trabalhou como empregada doméstica. Nosso pai também é um homem preto, semianalfabeto, que trabalha no campo. Nós chegamos ao Ensino Superior e somos graduadas. Futuras mestras, doutoras, enfim. É importante destacar que a delimitação estrutural do lugar do negro não paralisou o nosso sonho, tampouco foi capaz de frear a nossa resistência. Não negamos à história de luta e resistência nossa e do nosso povo, muito pelo contrário, evidenciamos aqui e reafirmamos a importância que o nosso povo desempenhou e desempenha para nós.

Falar do negro na história do Brasil e trazer apenas informações acerca da escravização, exploração e dominação, chega a ser um tanto duvidoso, primeiro porque muitos historiadores já escreveram sobre os negros sem dá a devida atenção ao protagonismo desses heróis, depois, isso faria com que este estudo se tornasse restrito, ocultando a verdadeira história do povo negro. História que quase sempre e intencionalmente é contada de maneira fragmentada.

Mesmo como todas as contribuições dos povos negros e indígenas para a construção identitária e cultural do Brasil, suas histórias de luta e de resistência foram silenciadas. E, no âmbito escolar e nas universidades as questões de cunho étnico-raciais não eram abordadas numa perspectiva de resistência, sempre foram contadas a partir das histórias dos colonizadores, dos vencedores, constituindo assim, a história dos povos negros e indígenas em uma história única.

Mas como o negro possui as lutas e resistências como referências, depois de muitas manifestações, lutas e resistências do movimento social negro, foi promulgada em 2003, uma Lei tornando obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira nas escolas e universidades (Lei 10.639/03). A criação desta Lei foi um passo importante para a sociedade brasileira, no entanto, ainda faltava algo, faltava uma Lei que garantisse a obrigatoriedade do ensino da história e cultura indígena, Lei 11.645/08, esta foi promulgada cinco anos após a promulgação da Lei 10.639/03.

Com a criação destas leis, anteriormente mencionadas, se tornou possível um caminho para uma educação antirracista posto que tais leis garantem a legitimidade do ensino da

história e cultura afro-brasileira e indígena, de modo que educadores e educadoras podem e devem apresentar para seus educandos e educandas a verdadeira história e formação do povo brasileiro, contribuindo assim para o conhecimento e apropriação de sua identidade.

Vale salientar ainda que, para além dos currículos que devem apresentar propostas antirracistas, a prática do professor em sala de aula é determinante, a maneira como ele aborda tais questões, como ele se posiciona frente ao racismo impacta na construção identitária dos alunos e, conseqüentemente, em uma educação antirracista ou não.

Logo, é possível uma educação antirracista desde que professores(as) e todos os sujeitos envolvidos no processo educativo se empenhem nesse objetivo, pois o racismo é uma problemática social e não individual. Sendo a sociedade de bases racistas, é necessário, pois que a educação seja para a transformação e não para a reprodução e perpetuação de práticas racistas.

Desde o período escravocrata os negros vêm resistindo de diversas formas; é importante mencionar que os navios negreiros eram palcos de grandes crueldades e humilhações no qual os negros eram submetidos, porém, foram também cenários de resistência, desde pequenas revoltas, suicídios e até abortos. Muitos africanos preferiam atirar-se no mar a serem escravizados; as mulheres igualmente, e ao descobrirem que estavam grávidas optavam pelo aborto a fim de não permitir que seus filhos nascessem naquelas condições e fossem feitos de escravos.

Além disso, a fuga também era uma importante forma de resistência, muitos escravizados conseguiam fugir e se organizavam em quilombos, áreas formadas por pessoas negras que se organizavam como forma de resistir à escravização. É válido mencionar que uma importante referência de resistência é Zumbi dos Palmares, um importante líder quilombola e sua companheira, Dandara.

Reafirmamos a luta de história do nosso povo, reconhecemos a importância das lutas que nós pretos enfrentamos diariamente, fruto de um racismo estrutural, mas ressaltamos também todo o contexto de luta, resistência e opressão que nós enfrentamos diariamente, no entanto, reafirmamos que o processo de resistência percorrido por nós diariamente, é um caminho de busca e inserção em espaços de poderes e que, historicamente não foram e que não são pensados por/para nós, mas mesmo assim estamos ocupando tais espaços e deixando-os dignos de nós, com as nossas marcas, das nossas lutas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao discutir o racismo estrutural na sociedade brasileira faz-se necessário retomar o passado de escravização dos povos indígenas e dos povos negros de modo a compreender como as discriminações e exclusões têm se dado. Porém, tão importante quanto pensar nessas questões do passado é evidenciar as inúmeras conquistas e formas de resistências desses povos, as lutas, as guerras, as rebeliões, as fugas, os quilombos e hoje também a inserção nos diversos espaços, na educação, na política, enfim.

Resistimos quando falando de nós mesmos, narrando nossas histórias e sendo protagonistas do nosso presente e futuro; resistimos quando assumimos nossas múltiplas identidades de pessoas negras; resistimos quando ousamos expressar nossos pensamentos, nossas *escrevivências*.

Vale salientar ainda que, para além dos currículos que devem apresentar propostas antirracistas, a prática do professor em sala de aula é determinante, a maneira como ele aborda tais questões, como ele se posiciona frente ao racismo impacta na construção identitária dos alunos e conseqüentemente em uma educação antirracista ou não.

Logo, é possível uma educação antirracista desde que professores(as) e todos os sujeitos envolvidos no processo educativo se empenhem nesse objetivo, pois o racismo é uma problemática social e não individual. Sendo a sociedade de bases racistas, é necessário, pois que a educação seja para a transformação e não para a reprodução e perpetuação de práticas racistas.

Mediante tudo isso, conclui-se que o problema do racismo perdura há muito tempo na sociedade brasileira e muitas vezes é alimentado pelo sistema vigente e isso dificulta as ações que visam pôr fim a essa problemática que tenta colocar os negros sempre em situação de inferioridade, vulnerabilidade levando a crer que de fato, no Brasil existe um racismo estruturado e camuflado que vem sendo combatido com muita resistência, porém muito mais precisa ser feito.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Sílvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Editora Jandaira, 2021.

CARNEIRO, Maria Luiza Jucci. **O racismo na história do Brasil: mito e realidade**. 8° ed. São Paulo: ática, 2007.

GONZALEZ, Lélia. **Primavera para as rosas negras**. Coletânea organizada e editada pela UCPA União dos Coletivos Pan-Africanistas: Diáspora Africana, 2018.

RIBEIRO, Darcy. **O povo Brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. 2° ed. São Paulo: Companhia das letras. 1995

SANTOS, R.E. dos. **A Lei 1º.639 no PNLD de Geografia: um ensino sobre questões, mudanças e permanências**. In TONINI, I.M; GOULART, L.B; KAERCHER, N.A. (Orgs.). Geografia e livro didático para tecer leituras de mundo. São Leopoldo: Oikos, 2018. p. 29-49.